

issn: 2176-5960



Προμηθεύς
journal of philosophy



n. 35 January/April 2021

UM ENSAIO SOBRE AS CONEXÕES ENTRE A FILOSOFIA DA LINGUAGEM ORDINÁRIA E PERSPECTIVAS DA ANÁLISE DO DISCURSO.

Rodrigo Pinto de Brito¹

Fábio da Silva Fortes²

Resumo: Tomando por ponto de partida as filosofias de J. L. Austin e do segundo Wittgenstein, tentamos demonstrar como alguns dos seus conceitos ecoam sobre a análise do discurso. Para tal, primeiramente investigamos como estes filósofos erigiram seus conceitos, em seguida nos deteremos sobre o pano de fundo para a “virada linguística”, finalizando com as principais semelhanças entre suas abordagens e as abordagens propostas pela AD.

Palavras-chave: Virada linguística. Filosofia da linguagem ordinária. Análise do discurso.

Abstract: Taking the philosophies of J. L. Austin and of the so-called second Wittgenstein as starting point, we aim at showing how some of their concepts were absorbed by the discourse analysis. Thus, we first investigate how these philosophers have built their concepts; secondly, we briefly analyze the intellectual background of the “linguistic turn”; finally, we show the main similarities between the approaches of the “ordinary language philosophy” and of the discourse analysis.

Keywords: Linguistic turn. Ordinary language philosophy. Discourse analysis.

¹ Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil (2013)
Professor Permanente do Mestrado em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

² Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil (2019)
Professor Associado da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

1- Introdução:

Neste texto pretendemos brevemente mostrar como algumas abordagens propostas pela análise do discurso podem ser relacionadas com uma perspectiva filosófica específica de linguagem que é resultado, por sua vez, do movimento que ficou conhecido como “virada linguística”.

Até meados do século passado, a filosofia preocupava-se, sobretudo, com temas como formalização lógica da linguagem, sua matematicidade, se haveria dispositivos linguísticos imanentes à natureza humana e como estruturar uma língua incapaz de erros ou vaguezas.

Assim, por oposição a esse projeto logicista da linguagem, profundamente estruturalista, vemos surgir, notadamente com o segundo Wittgenstein e com Austin, uma abordagem da linguagem centrada não em sua estrutura intrínseca, mas no modo como ela é usada para fazer coisas (Fasold & Connor-Linton, 2014, p. 172-178; Martins, 2004, p. 439).

Trata-se aqui, no caso da linguagem, de uma verdadeira mudança de órbita, pois em um paradigma logicista, há um mundo que significa coisas e uma linguagem que decodifica, correndo o risco de errar, devendo ser corrigida por meio de uma estruturação da linguagem que se assemelhe ou diga a estrutura do mundo. Por outro lado, em um paradigma de linguagem em uso, é a língua que estrutura as coisas, é ela que atribui significado ao mundo, e estes são somente alguns dos seus usos, somente alguns jogos que ela propõe, não necessariamente os mais importantes.

Com a virada linguística, a linguagem passou a ser entendida como atividade humana, só mais uma, comparável a outras tantas, todas desempenhadas dentro dos limites culturais específicos dos diferentes grupos de indivíduos.

Com essa nova perspectiva, que engendrou a chamada “filosofia da linguagem ordinária” ou “pragmática da linguagem”, o foco passou a não mais recair exclusivamente sobre o modo como a linguagem espelharia um estado de coisas qualquer, mas como ela cria, suscita e transforma um estado de coisas, como ela funda um mundo em que as pessoas atuam (Armengaud, 2006; Oliveira, 2001).

Tendo isso em vista, tentamos refazer o percurso filosófico de J. L. Austin (1911-1960), desde a primeira formulação da sua teoria dos atos de fala – quando houve a apresentação dos conceitos de “constatativo” e “performativo” – até a segunda formulação, quando houve a proposta de discriminar três atos de fala intrínsecos em cada proferimento – “locucionário”, “ilocucionário” e “perlocucionário”.

A filosofia de Austin impactou muito, e quase que instantaneamente, principalmente sobre J. Searle (1932-) e H. P. Grice (1913-1988), ambos seus discípulos em Oxford. Mas como ela se deu em oposição clara contra o projeto logicista dos Círculos de Viena e de Praga, que tinham bastante influência em Oxford, notadamente sobre Russel, explicaremos os paradigmas que subjazem às divergências.

Um interessante exemplo da dialética entre estas duas diferentes concepções de linguagem está presente nos dois momentos da filosofia de Wittgenstein, que primeiro envereda por um fazer filosófico de índole logicista, para depois dialogar consigo mesmo e redimensionar seu pensamento para apreender e argumentar por uma linguagem que devesse ser concebida como jogo (Martins, 2004; Moreno, 2000).

Somadas, as filosofias de Wittgenstein e de Austin acabam por minar os projetos estruturalistas para a linguagem. Mas projetos que nunca são inteiramente abandonados, em vez disso, são substituídos por uma versão mitigada de estruturalismo presente nas abordagens “contextualistas” de linguagem, como as que analisam a linguagem em uso nas escolas, ou em grupos específicos, amiúde subalternizados, e que revelam mecanismos linguísticos de afirmação e perfomação de identidades, em face à força ilocucionária dos poderes constituídos (como veremos mais abaixo).

E investigar estes usos, e mais outros, é um dos muitos escopos da análise do discurso, como podemos ver em TANNEN; HAMILTON; SCHIFFRIN, 2015, obra sobre a qual nos deteremos.

2- J. L. Austin:

Apesar de a construção daquilo que veio a ser chamado de “filosofia da linguagem ordinária” ser eminentemente coletiva, não hesitamos em afirmar que o

principal contribuinte para sua ereção foi J. L. Austin, em *How to do things with words*, publicado postumamente em 1962.

Trata-se de uma obra *sui generis* porque, entre outras coisas, nela podemos ver o percurso intelectual de Austin, que não tinha uma teoria ou abordagem acabada sobre o assunto da linguagem em uso, ou da “pragmática da linguagem”. Em vez disso, em prosa clara e simples, ele nos propõe diferentes pontos de vista sobre a pragmática, e diferentes conceitos que ora colapsam, ora são reformulados, mas que são sempre reanalisados criticamente.

Na primeira proposta de uma hipótese sobre usos da linguagem, Austin discriminou dois usos básicos: 1- constativo (que diz verdades/falsidades sobre um estado de coisas qualquer e que pode ser verificado, como: “estou sentado em frente ao computador enquanto digito”); 2- performativo (que faz coisas ou performa ações através do ato mesmo de proferir uma sentença, como: “batizo esse menino como Joãozinho Trinta”, ou “aposto cinco pratas que consigo te vencer na sinuca”, ou ainda “juro que sou Elvis Presley reencarnado”)³.

Diferentemente dos proferimentos constativos, os performativos não funcionam remetendo-se ao eixo verdade/falsidade e não podem, portanto, ter sua veracidade testada. Em vez disso, realizam ações que podem ser efetivadas, ou não, a depender de certas condições de felicidade (ou sucesso), como: comprometimento dos participantes do contexto.

Mas Austin veio a se dar conta de que seu maniqueísmo linguístico não se sustentava, pois haveria proferimentos que sobreporiam as duas categorias explicadas mais acima. Por exemplo, quando digo: “anuncio que estou sentado em frente ao computador enquanto digito”, o “anunciar” é um verbo performativo⁴, mas aquilo que ele anuncia é algo que pode ser verificado empiricamente, portando-se como constativo.

³ Outros exemplos de performativos são, por exemplo: “eu digo”, “eu protesto”, “eu objeto”, “desculpe-me”, “eu nego”, “eu prometo”, “eu retiro (minha reclamação)”, “eu declaro (aberta...)”, “eu voto (para abolir a vivissecação)”, “eu agradeço (a audiência por sua atenção)”. Cf. THOMAS, 1995, p.33.

⁴ Segundo Thomas (1995, p. 33) um bom teste de performativos é acrescentar a expressão “venho por meio desta” ao começo de uma sentença com estrutura: sujeito - verbo em primeira pessoa do singular – predicado.

Isso levou Austin a repensar sua hipótese inicial, criticando-a e avançando a ideia de que em todo e cada proferimento há uma estrutura trina intrínseca, composta por 1- um ato locucionário, 2- um ilocucionário e 3- um perlocucionário. O primeiro diz respeito à estrutura gramatical inerente a uma língua e presente nos proferimentos; o segundo, às intenções do falante quando profere uma locução; o terceiro, aos efeitos causados nos ouvintes. Assim, suponhamos a situação em que, numa sala toda fechada, X diga: “que calor!”. O ato locucionário é o próprio proferimento, o ilocucionário é um pedido para Y abrir a janela, o perlocucionário é Y abri-la, ou não⁵.

Como o aspecto locucionário de um proferimento diz respeito à sua estrutura gramatical, ele não é escopo de análise da chamada pragmática, que se ocupa tão só dos aspectos ilocucionário e perlocucionário, atualmente amalgamados sob os termos “ato de fala”, “força ilocucionária” ou simplesmente “força”, que hoje em dia têm significados ligeiramente diferentes dos atribuídos por Austin.

3- Recepções:

3.1- O grupo de Oxford em antítese ao positivismo lógico:

O projeto da “filosofia da linguagem ordinária” tinha sua base operacional para pesquisas na Universidade de Oxford e quase instantaneamente influenciou John Searle e Paul Grice, ambos preocupados em enriquecer a taxonomia dos atos de fala conforme pensados originalmente por Austin, de quem eram discípulos.

De fato, uma grande parte da motivação para o lançamento das bases desta “virada pragmática” deu-se como reação antitética contra as ideias de outro grupo igualmente sediado em Oxford, composto por pensadores como Bertrand Russell, que tinha ligações com o chamado Círculo de Viena, integrado, por seu turno, pelos lógicos, físicos e matemáticos Rudolf Carnap, Kurt Gödel, o polonês Alfred Tarski e etc⁶.

Por sua vez, o projeto do Círculo de Viena (assim como do de Praga), também conhecido como “positivismo lógico”, ocupava-se tão somente de proposições cujo valor de verdade ou de falsidade poderia ser testado, do contrário, seriam proposições

⁵ Cf. THOMAS, 1995, pp. 49-50.

⁶ Cf. ACHINSTEIN; BARKER, 1969. AYER, 1959.

sem sentido. Na linguística, esse tipo de abordagem diz respeito à área da semântica das condições de verdade (ou: teorias semânticas da verdade ou vericondicionais)⁷.

Assim, há, para positivistas lógicos, basicamente duas maneiras de checar a verdade de uma sentença: (a)- estritamente “intrasentencialmente”, por exemplo: “todos os noivos não são casados” ou “todos os triângulos têm três lados” (proposição analítica, i.e.: cujo predicado está contido potencialmente na definição do sujeito); (b)- “extrasentencialmente”, por exemplo: “todas as criaturas com coração têm rins” (proposição sintética, i.e.: sua veracidade precisa ser empiricamente comprovada). Vale lembrar que essa nomenclatura para ambas as proposições remete-se a Kant⁸, e que Austin as considerava todas como “constatativos”.

Além disso, positivistas lógicos criam que, no caso de haver sentenças cujo valor de verdade não pode ser checado, essas sentenças deveriam ser descartadas como ilógicas e non-sense, defeituosas. Como se pode ver exemplificado na primeira fase de escrita de Wittgenstein, quando ele era influenciado pelo pensamento de Russell e pelos Círculos de Viena e de Praga:

6.124 As proposições lógicas descrevem os andaimes do mundo, ou melhor, os representam. Não "tratam" de nada. Pressupõem que os nomes possuam denotação e as proposições elementares, sentido. E tal é sua vinculação com o mundo (...)

6.53 O método correto em filosofia seria propriamente: nada dizer a não ser o que pode ser dito, isto é, proposições das ciências naturais — algo, portanto, que nada tem a haver com a filosofia; e sempre que alguém quisesse dizer algo a respeito da metafísica, demonstrar-lhe que não conferiu denotação a certos signos de suas proposições. Para outrem, esse método não seria satisfatório — ele não teria o sentimento de que lhe estaríamos ensinando filosofia — mas seria o único método estritamente correto. (*Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: 1968).

Portanto, muitos dos proferimentos que dizem respeito à literatura, poesia e metafísica escapam à lógica, por não possuírem denotação, ou seja, não significam nada e deveriam ser desprezados.

⁷ Cf. CHIERCHIA, 2008, pp.48-74.

⁸ Na sua *Crítica da razão pura* lemos: “Em todos os juízos nos quais a relação de um sujeito com o predicado é considerada (se eu considerar somente juízos afirmativos, uma vez que a aplicação aos [juízos] negativos é fácil) esta relação é possível de dois diferentes modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está (encobertamente) contido neste conceito A; ou B jaz inteiramente fora do conceito A, embora seja certo que ele está em conexão com ele [i.e. com A]. No primeiro caso, eu chamo o juízo de analítico, o segundo de sintético.” (A6–7).

Contudo, mesmo Wittgenstein, após a publicação do seu *Tractatus* em 1922, passou a uma abordagem não logicista e não matematicista da linguagem, vindo a reformular sua teoria, que passou a ser divulgada a partir de 1930, cerca de trinta anos antes de Austin elaborar sua filosofia da linguagem ordinária e culminando na publicação póstuma de suas *Investigações filosóficas* em 1952 (percurso intelectual também conhecido como “segundo Wittgenstein”).

Nas *Investigações*, Wittgenstein dialoga consigo mesmo, criticando e revendo seu posicionamento anterior sobre a linguagem, de viés logicista e semanticista. Neste segundo momento, abrindo mão de preocupações formalistas, o filósofo austríaco buscava compreender a linguagem enquanto dinâmica social e prática comunicacional, elaborando para tal a noção de “jogos de linguagem”, em que a linguagem possui diferentes regras específicas de acordo com as circunstâncias específicas em que é empregada. Mas, conforme se diminuem as especificidades das circunstâncias, também diminuiriam as especificidades das regras. Por exemplo, se pensarmos no futebol e no xadrez, apesar de serem jogos bem distintos entre si e por isso terem regras igualmente distintas, por outro lado, possuem regras gerais comuns, como a meta maior de vencer o adversário. Ainda assim, isso não significa que Wittgenstein pretendesse, nessa fase de sua atividade filosófica, apreender regras gerais, pois seu objetivo principal era entender a linguagem como jogo (Moreno, 2000, p. 54-82).

3.1.2- O surgimento da abordagem estruturalista na filosofia da linguagem ordinária:

É razoável e lugar comum afirmar que o iniciador da corrente estruturalista é F. Saussure (1857-1913) em seu *Curso de linguística geral*, publicado em 1916, impactando sobre diversos campos do saber, e de forma tão abrangente que podemos afirmar que há uma espécie de esforço ou intenção estruturalista mesmo por detrás dos empreendimentos filosóficos dos supramencionados Círculos de Viena e de Praga. Seu projeto logicista, o positivismo lógico, pretendia justamente identificar estruturas permanentes e subjacentes a qualquer proferimento com sentido, em qualquer língua, e matematizar sua organização e disposição.

Tendo então em vista o surgimento da filosofia da linguagem ordinária como antítese e oposição à agenda estruturalista do positivismo lógico, podemos razoavelmente afirmar também que haveria uma agenda anti-estruturalista por parte do segundo Wittgenstein e de Austin. Contudo, com Searle, ressurgiu uma espécie de estruturalismo, em versão atenuada, agora dentro da pragmática, graças aos seus esforços para identificar e classificar os diferentes tipos e níveis de atos de fala, tomando a filosofia de Austin por ponto de partida.

Algo parecido vai ocorrer quando do impacto póstumo do segundo Wittgenstein, pois os “jogos”, tão caros em suas elucubrações sobre a linguagem em uso, podem ser entendidos como estruturas, algumas menores e contidas em outras maiores, como bonecas russas, e amiúde sem espaço limítrofe bem definido⁹.

A partir disso, a sobreposição da versão austiniana e da wittgensteiniana sobre a linguagem em uso, somada a resquícios de um estruturalismo mitigado, pôde suscitar uma abordagem da linguagem em que as dinâmicas ilocucionárias/perlocucionárias compusessem diferentes jogos, uns dentro dos outros, do micro ao macro¹⁰. De modo que, para analisar um determinado proferimento, seria útil não somente contextualizá-lo, mas fazer isso de modo a revelar o espaço em que se dão as estruturas e dinâmicas socioculturais, entendidas como forças que estabelecem conjuntos de regras que permitem/vetam determinados jogos de linguagem nos quais se inserem os atos de fala¹¹. Grosso modo, essa é a perspectiva de análise que subjaz, por exemplo, aos estudos dos usos da linguagem nas escolas (cf. ADGER; WRIGHT, 2015) e que, por sua vez, frequentemente partem de uma certa consideração sobre a “ecologia da sala de aula”¹².

3.2- A persistência dos performativos:

⁹ Ver a próxima nota.

¹⁰ Aqui, o estruturalismo, embora ainda presente, sofre uma mitigação tal que, gradualmente, faz com que ele vá perdendo força, até tornar-se um paradigma a ser superado, através de crítica e desconstrução, vindo a surgir o chamado “pós-estruturalismo”.

¹¹ Cf. KEATING, 2015 para um bom e atual exemplo das consequências dessa abordagem, explorando notadamente os conceitos de espaço e lugar, e também para uma outra versão da história aqui narrada. Cp. BHABHA, 2013, no âmbito dos estudos culturais. Saliento que já estamos no âmbito do pós-estruturalismo.

¹² Cp. ERICKSON, 2015 em que os exemplos de análise de processos interacionais de construção do discurso em ambiente escolar são abundantes.

3.2.1- Nos marcadores discursivos:

Apesar do próprio Austin ter abandonado sua teoria dos performativos, vindo a enfatizar os aspectos ilocucionário/perlocucionário da linguagem em uso, e apesar de essa nova ênfase (somada à uma versão da teoria wittgensteiniana dos jogos e a um estruturalismo mitigado) render bom resultados, ainda assim, reformulado e desenvolvido, o conceito austiniano de performativo sobrevive, e não raro lado-a-lado com as próprias noções de ilocucionário/perlocucionário.

Um bom exemplo deste “ecletismo” está presente na fundamentação teórica das investigações sobre marcadores discursivos apresentadas por Maschler e Schiffrin (2015, p. 189). Pois elas pensam que há certos conhecimentos comunicacionais que são exigidos para que os falantes, em um processo interativo, produzam um discurso coerente. Estes conhecimentos, pragmáticos, associam-se aos conhecimentos estritamente gramaticais (que poderíamos chamar de locucionários) e dizem respeito aos caracteres expressivos e sociais da linguagem, que poderiam ser relacionados, respectivamente, aos aspectos ilocucionário e perlocucionário dos proferimentos.

Mas, em vez disso, elas entendem as supramencionadas dinâmicas expressiva e social como imbricadas e relacionadas à “habilidade de usar a linguagem para representar identidades pessoais e sociais, conduzir atitudes e performar ações, e para negociar relações entre o eu e o outro...” (MASCHLER; SCHIFFRIN, 2015, p. 189. Grifo nosso).

E parece que há camadas ainda mais profundas de “ecletismo”, cuja presença é evidente não somente na apresentação da fundamentação teórica sobre os marcadores, mas mesmo em algumas nuances das três abordagens sobre este tema conforme apresentadas pelas autoras.

Assim, embora a primeira abordagem apresentada¹³ use, para análise, métodos baseados em teorias da variação linguística, não obstante, ocupa-se não com a linguagem enquanto bloco coeso e uno, mas como resultado de um processo interacional, constantemente recorrendo a conceitos advindos da sociologia, que fornece o ponto de vista segundo o qual:

¹³ Na seção *Markers and discourse*, in: MASCHLER; SCHIFFRIN, 2015, pp. 190-192

o discurso humano – ou seja, *talk-and-related-conduct-in-interaction* – refere-se àquelas características da organização da interação humana que fornecem a flexibilidade e a robustez que permitem-na prover a infraestrutura que sustenta a macroestrutura das sociedades, no mesmo sentido que as estradas e ferrovias servem como infraestrutura para a economia, e isso fundamenta todas as instituições tradicionalmente reconhecidas das sociedades e as vidas de seus membros. (SCHEGLOFF, 2015, p. 346).

É a partir desse espaço de sociabilidade que se dá uma possível abordagem dos marcadores, investigados tanto em uso quanto enquadrados em instâncias e dinâmicas que permitem/vetam e fundamentam esses usos. Ecoando, portanto, paradigmas estruturalistas mitigados associados a nuances que podem ser aproximados seja da teoria wittgensteiniana dos jogos, seja da teoria austiniana dos usos da linguagem.

A segunda abordagem apresentada por Maschler e Schiffrin¹⁴ parte de uma diferenciação entre o conteúdo das sentenças e seu significado pragmático, levando em conta intenções comunicacionais dos falantes que são reveladas por marcadores pragmáticos. Definido assim, este é um tratamento dos marcadores que considera a força ilocucionária dos proferimentos, bem ao estilo de Austin e Searle e diferindo, por ser menos eclético, da primeira abordagem, vista mais acima, e da terceira, que reinsere uma noção de linguagem enquanto ato, uso, em constante devir¹⁵.

3.2.2- Nas questões de gênero e de identidade:

Em 1988 Butler resignificou o conceito de “gênero” ao tomar o adágio de Beauvoir de que “não se nasce mulher, torna-se” e interpretá-lo por um viés que sobrepõe conceitos da fenomenologia e da teoria dos atos de fala, de Austin e Searle¹⁶.

Essa ressignificação envolve dois mecanismos, primeiro um deconstrutivista: desfaz-se a ideia de que há uma metafísica do gênero. Ou seja, desconstrói-se precisamente a noção de que, por exemplo, há um ser mulher ideal, inerente e instanciado em cada mulher, que, a partir do ideal e das instanciações individuais, portase coletivamente e em graus mais ou menos próximos do ideal inicial. A ideologia machista a ser desarticulada é aquela que vai resultar na coerção das mulheres para que

¹⁴ Na seção *Markers and pragmatics*, in: MASCHLER; SCHIFFRIN, 2015, pp. 192-194.

¹⁵ Cf. MASCHLER; SCHIFFRIN, 2015, p. 194.

¹⁶ Cf. BUTLER, 2018.

ajam (num sentido amplo, como: representar-se a si mesmas) de determinado modo X, estereotipado, e assumindo um lugar social considerado “feminino” por excelência (e subalternizado).

O segundo mecanismo de resignificação parte da constatação de que, sem metafísica, o gênero deixa de ser pensado como identidade estável e passa a ser entendido como performance. Ou seja, o gênero é a constituição de uma identidade num espaço de tempo através da repetição performática, ritualizada e teatral de comportamentos estilizados e encenados, atendendo às expectativas e coerções sociais acerca do papel e lugar do gênero.

Assim, na verdade, introjeta-se uma atuação de gênero, por repetição de comportamento, e não extravasa-se um gênero que seria imanente. Portanto, “ter” determinado gênero trata-se antes de portar-se e performar determinada tipificação de gênero diante de pressões ilocucionárias que têm diferentes níveis de força/coerção.

A noção da performatividade de gênero acaba por transcender o binarismo, e ainda a própria discussão de gênero, pois abre as portas para questões acerca da performatividade de raças¹⁷, de classes sociais, de orientações sexuais e etc., e também para análises dos framings/lugares de fala/atos de fala/jogos de linguagem/formas de vida envolvidas nos processos discursivos. Sem mencionar o rico campo de investigações suscitado pelas zonas de interseções de identidades, que tentam compreender a performatividade de classe, gênero, orientação sexual e raça, mas relacionadas entre si (ex.: mulher negra), e por conseguinte complexificando, dialeticamente, os agentes e estruturas de coerção ilocucionária (ex.: homem branco)¹⁸.

Ademais, como as discussões sobre gênero e identidade surgem a partir de um aparato desconstrutivista, acabam herdando dele uma agenda crítica e questionadora/reveladora de como se dão os processos normatizadores, como se estruturam os discursos e agentes de autoridade e como seus proferimentos adquirem força ilocucionária coercitiva. Essa agenda crítica é encampada, por exemplo, no caso das discussões sobre performatividade de orientações sexuais, pela linguística queer, que é um tipo de ACD, de acordo com Leap (2015).

¹⁷ O termo, sem significado definido, é usualmente apropriado para justificar “discriminações sociais baseadas em práticas de racialização, ou seja, práticas semióticas que constroem relações sociais em termos de categorias de raça”. (WODAK; REISIGL, 2015, p. 576).

¹⁸ Cf. KENDALL; TANNEN, 2015.

4- Conclusão:

Partindo da inquietação causada pela percepção das semelhanças entre muitas abordagens apresentadas em Tannen *et alii* (2015) e aspectos das filosofias de Austin e do segundo Wittgenstein, enveredamos por uma investigação dos conceitos avançados pelos dois supramencionados filósofos que pudessem ter ecoado e contagiado a análise do discurso, fazendo-se necessário narrar, em uma espécie de pequena história da filosofia da linguagem, como vieram a surgir as discussões que privilegiam a linguagem em uso, em detrimento de sua forma lógica ou estrutura matemática.

Objetivamos, com isso, estabelecer um vínculo e o pano de fundo filosófico sobre o qual se desenvolveu o horizonte de possibilidades analíticas avançadas pela DA, identificando pontos de convergência entre ela e as chamadas “filosofias da linguagem ordinária”, como: consideração pelos contextos em que se dão os discursos; noção de linguagem em uso, em devir; abandono progressivo de paradigmas estruturalistas; noção de identidade como performativo (e de poder como “força ilocucionária”).

Nossa modesta proposta foi oferecer as bases para uma ancoragem filosófica a quem se interessar por aplicar métodos da análise de discurso. Por outro lado, para filósofos, cremos que pudemos elucidar como a teórica filosófica, frequentemente isolada do mundo prático, ainda ressoa sobre uma abordagem que possui preocupações empíricas.

5- REFERÊNCIAS

- ACHINSTEIN, P.; BARKER, S. F. (eds.). *The Legacy of Logical Positivism*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1969.
- ADGER, C. T.; WRIGHT, L. J. Discourse in educational settings. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2015, pp. 858-879.
- ARMENGAUD, F. *A pragmática*. São Paulo: Parábola, 2006.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- AYER, A. J. (ed.). *Logical Positivism*. Nova Iorque: Free Press, 1959.

- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. DIAS, J. P. (trad.). In: *Caderno de leituras*, nº 78, 2018, pp.01-16.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. PAGANI, L. A.; NEGRI, L.; ILARI, R. (trads.). Campinas: Editora UNICAMP, 2008.
- ERICKSON, F. Oral Discourse as a Semiotic Ecology: the co-construction and mutual influence of speaking, listening and looking. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2015, pp. 422-446.
- FASOLD, R. W & CONNOR-LINTON, J. (ed.) *An introduction to language and linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. MATTOS, F. C. (trad.). São Paulo: Vozes, 2012.
- KEATING, E. Discourse, Space, and Place. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2015, pp. 244-261.
- KENDALL, S.; TANNEN, D. Discourse and Gender. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2015, pp. 639-660.
- LEAP, W. L. Queer Linguistics as Critical Discourse Analysis. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2015, pp. 661-680.
- MASCHLER, Y.; SCHIFFRIN, D. Discourse Markers : language, meaning, and context. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2015, pp. 189-221.
- MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: BENTES, F & MUSSALIM, A. C. *Introdução à linguística – fundamentos epistemológicos*. Campinas: Cortez, 2004.
- MORENO, A. *Wittgenstein – labirintos da linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.
- OLIVEIRA, M. A. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 2001.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.

SCHEGLOFF, E. A. Conversational Interaction: the embodiment of human sociality. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2015, pp. 346-366.

TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2015.

THOMAS, J. *Meaning in interaction: an Introduction to Pragmatics*. Londres: Routledge, 1995.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. MONTAGNOLI, M. G. (trad.). São Paulo: Vozes, 2014.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. GIANNOTTI, J. A. (trad.). São Paulo: EdUSP, 1968.

WODAK, R.; REISIGL, M. Discourse and Racism. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2015, pp. 576-596.